

segurança e medicina

= DO TRABALHO =



o negociado não se sobrepõe ao legislado se reduzir ou suprimir normas relacionadas

INSALUBRIDADE

- atividades insalubres = por sua
 - natureza
 - condições
 - métodos de trabalho
 expõem os empregados a agentes nocivos à saúde acima dos limites de tolerância fixados (normas do Ministério do Trabalho) em razão da:

- natureza e intensidade do agente
- tempo de exposição

SÚMULA 448, TST: ATENÇÃO!

- "Não basta a constatação da insalubridade por meio de laudo pericial para que o empregado tenha direito ao respectivo adicional, sendo necessária a classificação da atividade insalubre na relação oficial elaborada pelo Ministério do Trabalho"
- "A higienização de instalações sanitárias de uso público ou coletivo de grande circulação, e a respectiva coleta de lixo, por não se equiparar à limpeza em residências e escritórios, enseja o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo"

SÚMULA 460, STF:

- "Para efeito do adicional de insalubridade, a perícia judicial, em reclamação trabalhista, não dispensa o enquadramento da atividade entre as insalubres, que é ato da competência do Ministro do Trabalho."

com a Reforma, a CLT permitiu a prevalência da negociação coletiva quanto ao enquadramento do grau

INSALUBRIDADE (CONTINUAÇÃO)

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

GRAU	ADICIONAL
máximo	40% do salário mínimo
médio	20% do salário mínimo
mínimo	10% do salário mínimo

há controvérsias sobre o uso do salário mínimo aqui, mas tem sido empregado em vários casos e continua na literalidade da CLT

SÚMULA 228, TST: IMPORTANTE!

"A partir da publicação da Súmula Vinculante nº 4 do STF, o adicional de insalubridade será calculado sobre o salário básico, salvo critério mais vantajoso fixado em instrumento coletivo"

SÚMULA 47, TST:

"O trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta (só por essa circunstância) o direito de percepção do respectivo adicional"

ELIMINAÇÃO/NEUTRALIZAÇÃO DA INSALUBRIDADE

- com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância
 - com o uso de EPI que diminuam a intensidade do agente aos limites de tolerância
- fiscalização pelas Delegacias Regionais do Trabalho.

PRORROGAÇÃO DE JORNADA EM ATIVIDADES INSALUBRES

- em regra, exige inspeção e licença prévia do Ministério do Trabalho
 - negociação coletiva pode dispensar essa autorização (CLT, art. 611-A, XIII)
- mas isso vai contra a jurisprudência! (súm. 85, TST)

PERICULOSIDADE

- **atividades perigosas** = quando há exposição permanente do trabalhador a:
 - inflamáveis, explosivos ou energia elétrica
 - roubos ou outras espécies de **violência física** nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial
 - atividades em **motocicletas** (§4º)
 - TST inclui atividades que envolvam **radiação ionizante ou atividade radioativa** (OJ SD-1. 345)



- os **materiais/substâncias** perigosos ou nocivos à saúde manipulados no local de trabalho devem ser **assim identificados no rótulo** (símbolo de perigo: ☠)
- os **estabelecimentos** que mantêm tais atividades devem **afixar avisos ou cartazes** de advertência

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

= **30%** sobre o salário **sem os acréscimos** de gratificações, prêmios ou participações nos lucros

se o trabalhador está exposto **concomitantemente a agentes insalubres e perigosos**, ele deve **optar** por um dos dois adicionais (não recebe os dois ao mesmo tempo, mesmo se forem fatos geradores diferentes!)

- o direito ao adicional **cessa com a eliminação do risco**
- o adicional é **devido** ainda que haja **exposição intermitente**
 - só **não é devido** se a exposição for **eventual** (fortuito) ou habitual, mas por **tempo extremamente reduzido**

SEGURANÇA E MEDICINA = DO TRABALHO =

PERICULOSIDADE (CONTINUAÇÃO)

JURISPRUDÊNCIAS IMPORTANTES

- no caso do **empregado eletricitário** contratado:
 - sob a Lei 7.369/85, o adicional de periculosidade deve ser calculado sobre a **totalidade das parcelas** de natureza salarial
 - **após a Lei 12.740/12**, o adicional de periculosidade deve ser calculado sobre o **salário básico** o
- **OJ SD11-385**: "É **devido** o adicional de periculosidade ao empregado **em edifício** (construção vertical), seja em **pavimento igual ou distinto** daquele onde estão instalados **tanques com líquido inflamável**, em quantidade acima do limite legal, considerando-se como **área de risco toda a área interna** da construção vertical."
- **SÚMULA 447, TST**: **não** é devido o adicional aos empregados que **ficam a bordo do avião** no momento do **abastecimento** da aeronave

SÚMULA 453, TST

o pagamento do adicional de periculosidade por **mera liberalidade** da empresa (mesmo se proporcional ao tempo de exposição ao risco ou em percentual inferior ao legalmente previsto) **dispensa prova técnica**, pois torna incontroversa a existência do trabalho perigoso.

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

TRABALHO DO MENOR

TRABALHOS PROIBIDOS AO MENOR

MENOR DE 18 ANOS	<ul style="list-style-type: none"> trabalho noturno trabalho perigoso trabalho insalubre trabalho prejudicial à moralidade: <ul style="list-style-type: none"> em teatros, revistas, cinemas, boates, cabarés... circenses (acrobata, saltimbanco, ginasta...) produção, composição ou entrega de impressos (...) prejudiciais à formação moral venda a varejo de bebidas alcoólicas
MENOR DE 16 ANOS	qualquer trabalho (exceto como aprendiz, a partir dos 14 anos)

- o **trabalho exercido nas ruas**, praças, etc., depende de prévia **autorização do juiz** de menores
- o **responsável legal** do menor pode pleitear a **extinção do contrato** de trabalho caso o serviço possa acarretar prejuízos físicos ou morais

DURAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

- regra geral:** **vedado prorrogar** a duração normal do trabalho diário
- exceções:**
 - até mais **2h** (independentemente de acréscimo salarial) mediante **convenção ou acordo coletivo** → desde que o excesso de horas em um dia seja compensado com diminuição em outro
 - até o máximo de **12h**, por motivo de **força maior** e **com acréscimo salarial**, desde que o trabalho do menor seja **imprescindível** ao funcionamento do estacionamento

o menor estudante tem direito a **fazer coincidir suas férias com as férias escolares**

CIPA

→ Comissão Interna de Proteção a Acidentes

- = comissão que visa a **prevenção de acidentes e doenças** do trabalho (compatibilizando trabalho com vida e saúde)
- composição** = representantes (titulares e suplentes) da **empresa** e dos **empregados** → eleitos por **votação secreta** exclusiva dos empregados interessados e independente de filiação sindical
 - designados pelos empregadores
 - têm **estabilidade provisória** no emprego
- 1 ano de mandato + 1 única reeleição possível (salvo do suplente que tiver participado de menos da metade das reuniões no seu mandato)
- presidente:** designado pelo empregador dentre os representantes dos **empregadores**
- vice-presidente:** eleito dentre os representantes dos **empregados**

TRABALHO DA MULHER

- a proteção ao trabalho das mulheres é de **ordem pública**, **não justificando**, em hipótese alguma, a **redução do salário**
- são **proibidas negociações** que visem a **reduzir ou suprimir normas protetoras** à mulher (CLT, art. 611-B)

PROTEÇÕES CONTRA A DISCRIMINAÇÃO

→ enumeradas no art. 373-A da CLT

- ressalvadas** { disposições legais visando a corrigir distorções especificidades em acordos trabalhistas, **é vedado:**

- publicar **anúncio de emprego** com referência ao **sexo**, à idade, à cor ou situação familiar (salvo quando a natureza da atividade a ser exercida, pública e notoriamente, assim o exigir)
- recusar emprego, promoção ou motivar a dispensa** do trabalho em razão de **sexo**, idade, cor, situação familiar ou **gravidez** (salvo quando a natureza da atividade seja notória e publicamente incompatível)
- considerar o sexo**, a idade, a cor ou situação familiar como **determinantes** para fins de **remuneração, formação profissional e oportunidades de ascensão** profissional;
- exigir **atestado ou exame** para comprovação de **esterilidade ou gravidez** (na admissão ou permanência no emprego);
- impedir o acesso ou adotar critérios subjetivos** para deferimento de inscrição ou aprovação em concursos, em empresas privadas, em razão de **sexo**, idade, cor, situação familiar ou **gravidez**;
- proceder o empregador ou preposto a **revistas íntimas** nas empregadas ou funcionárias. → multa = R\$20.000,00 ao empregador multa em dobro no caso de reincidência

são permitidas **medidas temporárias** visando ao estabelecimento das **políticas de igualdade** entre homens e mulheres.

segurança e medicina
= DO TRABALHO =

DURAÇÃO DO TRABALHO DA MULHER

- há **divergências sobre a vigência do art. 383**, mas vale conhecer a literalidade:
- CLT, art. 383 – “Durante a jornada de trabalho, será concedido à empregada um **período para refeição e repouso não inferior a 1 hora nem superior a 2 horas**”
→ ou seja, veda, para a mulher, a hipótese de aumento do intervalo intrajornada para além de 2 horas previsto no art. 71 (mediante acordo escrito ou contrato coletivo)

INTERVALOS PARA AMAMENTAÇÃO

- 2 descansos** especiais de **meia hora** cada (durante a jornada)
→ o momento deve ser definido em acordo individual entre a mulher e o empregador
- inclui o **filho adotado**
- até o filho completar **6 meses** → pode ser aumentado caso a saúde do filho exigir e a critério da autoridade competente

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

PROTEÇÕES À MATERNIDADE



LICENÇA MATERNIDADE

- duração = **120 dias** → início entre 28 dias antes do parto e a data do parto
- períodos de repouso (antes e depois do parto) podem ser **aumentados de 2 semanas** cada mediante atestado médico
- pode ser **prorrogado** por mais **60 dias** em empresas que aderiram ao Programa Empresa Cidadã
- filho com doença neurológica do Aedes Aegypt: 180 dias
- configura **interrupção** do contrato de trabalho (entendimento majoritário)
- a empregada faz jus ao **salário-maternidade** → pago pela Previdência Social
- abrange a empregada que **adotar** ou obtiver **guarda judicial para fins de adoção** (mediante apresentação do termo judicial)
- mas abrange apenas um dos adotantes ou guardiães

morte da genitora/adotante/guardião: o cônjuge ou **companheiro empregado terá direito** ao período restante da licença (salvo se falecimento do filho ou seu abandono)

GARANTIA DE EMPREGO

→ também protege as empregadas domésticas

- é vedada a dispensa arbitrária ou sem justa causa da empregada gestante **desde a confirmação da gravidez até 5 meses após o parto**
- aplica-se ao **empregado adotante** com a guarda provisória para fins de adoção.
- ainda que a **confirmação da gravidez** se dê já durante o prazo do **aviso prévio** (trabalhado ou indenizado)
- havendo **aborto** há apenas a **interrupção do contrato por 2 semanas**
- não há: { licença maternidade
garantia de emprego

SÚMULA 244, TST:

- o **desconhecimento** da gravidez pelo empregador não afasta o direito à indenização (só é exigida a anterioridade da gravidez à dispensa sem justa causa, não importando se o empregador sabia ou não)
- a garantia de emprego só autoriza a **reintegração** se esta se der durante o período de estabilidade

ATIVIDADE INSALUBRE **IMPORTANTE!**

- gestante
 - lactante
- } automaticamente **afastadas** (qualquer que seja o grau da insalubridade)